



Conservadorismo nas ditaduras: abordagens com a história global para Brasil e Portugal (1964-1975)

Allana Letticia dos Santos*
Henrique Cintra Santos**
Janine Gomes da Silva***

SANTOS, A. L. dos.; SANTOS, H. C.; SILVA, J. G. da.

Conservadorismo nas ditaduras: abordagens com a história
global para Brasil e Portugal (1964-1975)

História Social, v. 19 n. 27/28, 2024, pp. 580-614.

<https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5294>

Resumo: Este artigo analisa como o discurso conservador se estruturou nas ditaduras em Portugal e no Brasil, as quais tinham como principais premissas a defesa e vigilância da moral e dos bons costumes. Em Portugal, a discussão está centrada nas manifestações conservadoras proporcionadas pela Constituição de 1933, e como isso foi noticiado em manchetes na

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo: 141342/2021-8. Contato: allanaletticia@hotmail.com

** Pós-doutorando em História Global no Friedrich-Meinecke-Institut, da Freie Universität Berlin, e Doutor em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: henriquetcintra@outlook.com

*** Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Contato: janine.gomesdasilva@gmail.com.

imprensa. No Brasil, percorremos o debate das aparições conservadoras, a partir das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Ademais, consideramos a perspectiva da História Global como pressuposto fundamental para reconhecer que esses fenômenos não ocorreram isoladamente, mas foram parte de um contexto mais amplo de autoritarismo e conservadorismo que marcou várias regiões do mundo no século XX.

Palavras-chaves: Conservadorismo. Ditaduras em Portugal e no Brasil. História Global.

Conservatism in dictartorships:

approaches with global history for Brazil and Portugal (1964-1975)

Allana Letticia dos Santos
Henrique Cintra Santos
Janine Gomes da Silva

Abstract: This article analyzes how conservative discourse was structured during the dictatorships in Portugal and Brazil, whose main premises were the defense and surveillance of morality and good customs. In Portugal, the discussion is centered on the conservative demonstrations provided by the 1933 Constitution, and how this was reported in the headlines of the press. In Brazil, we explore the debate on conservative manifestations, starting with the *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* (Family with God for Freedom Marches). Furthermore, we consider the perspective of Global History as a fundamental premise for recognizing that these phenomena did not occur in isolation, but were part of a broader context of authoritarianism and conservatism that marked several regions of the world in the 20th century.

Keywords: Conservatism. Dictatorships in Portugal and Brazil. Global History.

Introdução: Descentralizando a História Global

A análise das matrizes autoritárias de Portugal e Brasil, sob o Estado Novo (1933-1974) e a ditadura civil-militar (1964-1985), permite compreender como o conservadorismo em ambos os países se formou e consolidou em um contexto global de crises políticas e econômicas. Esses regimes, embora marcados por suas especificidades locais, compartilharam elementos-chave, como a forte influência da Igreja Católica, que legitimava as estruturas de poder, e o papel central do conservadorismo na promoção de valores tradicionais, como a preservação da família, da moralidade e da ordem. Além disso, ambos os regimes operaram dentro da lógica geopolítica da Guerra Fria, utilizando o discurso anticomunista para justificar práticas repressivas e restringir os direitos civis e políticos. Ao analisar esses dois contextos sob a perspectiva da História Global, percebemos como esses regimes autoritários não apenas reagiram a pressões internas, mas também se conectaram a uma rede transnacional de discursos e práticas conservadoras, ampliando a compreensão sobre o impacto de tendências globais no desenvolvimento das ditaduras em Portugal e no Brasil.

Por enquanto, importa apenas afirmar que este artigo se ocupa do conservadorismo como um pensamento político, isto é, da atuação política do agente conservador⁴. E começar por definir essa atuação será reconhecer que esse pensamento se manifesta na defesa da ordem social estabelecida, da hierarquia tradicional e dos valores culturais e morais dominantes. Esse agente conservador será compreendido como um movimento que age para preservar as instituições existentes, frequentemente utilizando a ideia de estabilidade como justificativa para conter mudanças sociais e políticas vistas como ameaças. Ao longo do texto, o pensamento do conservadorismo político será observado como uma reação a transformações globais e locais, refletindo a interação entre as dinâmicas internas de cada sociedade e os impactos de uma rede de

⁴ COUTINHO, João Pereira. **Conservadorismo**. Alfragide: Editora. Dom Quixote, 2014, pp. 31- 48.

ideias e políticas conservadoras.

Essa abordagem se alinha aos estudos da História Global que surgiram a partir da necessidade de desenvolver outras formas de narrar a história, com o intuito de abarcar as mudanças sociais vindas do contexto da segunda metade do século XX. Nesse sentido, o enfoque dado aos aspectos da globalização, tanto pela sociedade quanto pelas ciências sociais, foi o ímpeto central para a organização dessa nova abordagem historiográfica⁵. Com as transformações rápidas no mundo e na geopolítica dos anos 1980, os cientistas sociais não demoraram para se debruçar sobre a curiosidade por traçar as origens e o funcionamento dos processos de globalização. A partir desse contexto, a História se viu frente às limitações do enfoque exclusivo na categoria de Estado-nação, sendo obrigada a ampliar seu horizonte metodológico e analítico.

Essa necessidade também se estendeu para a importância em repensar outras metodologias e objetos de pesquisas, que pudessem amparar as dinâmicas de análises historiográficas. Portanto, a História Global não é o estudo apenas de processos de globalização ou pretende promover uma história total e/ou mundial. Ao contrário, ela propõe um enfoque de pesquisa que não fique centrado às categorias hegemônicas de análise, como o Estado-nação, e inclua, particularmente, processos transnacionais, focalizados a partir de suas conexões, contatos e integração. É por isso que, como apontou Júnior e Sochaczewski⁶, não existe um conceito unânime para a História Global. Como observa Vengoa⁷, muitos críticos denunciam um suposto déficit de definição ao redor da História Global. No entanto, consideramos que é exatamente nessa percebida instabilidade conceitual que está o grande potencial dessa abordagem. Torna-se possível, dessa maneira, não apenas nos desvencilharmos das amarras do Estado-

⁵ VENGOA, Hugo Fazio. **La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente**. História Crítica, N. 39E, 2009, pp. 300-319.

⁶ JOÃO JÚNIOR, M., & SOCHACZEWSKI, M. **História global: um empreendimento intelectual em curso**. Tempo [online], 23(3), 2017, pp. 483-502. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/5Qh7XtLX9H9Q4hrVWMPmhG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 06 de novembro de 2024.

⁷ VENGOA, Hugo Fazio. *op cit.* 2009, p. 307.

nação e de uma historiografia nacionalista (e eurocêntrica), como também ressignificar narrativas sobre esse próprio Estado-nação, observando suas conexões e influências com processos globais.

A partir de seu pressuposto descentralizador, a História Global, segundo Henrique Espada Lima⁸, é marcada pelo interesse em descentralizar a narrativa histórica, de modo a estabelecer outras noções de análises além das compartilhadas na Europa, a fim de integrar à pesquisa encadeamentos históricos localizados em diferentes partes do globo, sobretudo no designado “Sul Global”. Por conseguinte, Sebastian Conrad⁹ argumenta que a História Global visa modificar as normas institucionais e a ordem do conhecimento. A respeito disso, o autor comenta que “é contra este pano de fundo que a história global vai apelar a uma visão mais ampla e inclusiva. Os outros passados também fazem parte da história”, salientando a importância de valorizar nuances de análise com interações e transformações em nível global¹⁰.

Devemos questionar, no entanto, até que ponto a História Global tem cumprido o seu preceito descentralizador. Desde seu aparecimento, um predomínio anglófono tem sido observado nesse campo. Dessa forma, universidades com programas de pós-graduação destinados à pesquisa em História Global têm se restringido a países como Estados Unidos e Inglaterra. Como observa Conrad¹¹, essa abordagem vem se disseminado

⁸ ESPADA LIMA, Henrique. **O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico**. Esboços, v. 26, 2019, p. 486-500.

⁹ CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016, p. 14.

¹⁰ É importante reiterar o desarranjo conceitual entre o campo da História Global aos estudos da globalização, realizados pela autora Sandra Ficker. De acordo com suas investigações, os estudos sobre a globalização ocupam-se de um objeto, enquanto os estudos globais (e a História Global) abordam uma dimensão dos fenômenos, a partir da qual se constrói uma unidade de análise que compreende as áreas do planeta que se encontram interconectadas por um mesmo tempo e uma mesma racionalidade. No caso da globalização, essa perspectiva tende a convergir com o fenômeno real, o que não significa, no entanto, que se restringe a ela. Ver: FICKER, Sandra. Mundial, transnacional, global: Um exercício de clarificação conceitual dos estudos globais. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [online], Debates, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>. Acesso em: 05 dez. 2024.

¹¹ CONRAD. *op. cit.* 2016, p. 117.

lentamente para outros países, tendo conquistado espaços na Europa e parte do Leste Asiático. No entanto, mesmo na porção ocidental do continente europeu, essa adesão deve ser vista ainda de forma relativizada. Como sublinha Pacheco¹², a História Global tem encontrado resistência em contextos como o espanhol - cuja historiografia se encontra mais focada no mundo ibero-americano - e, principalmente, o francês - com uma tradição consolidada em torno da história comparada¹³. Isto significa que grande parte do conteúdo produzido a partir de uma abordagem de História Global está restrita ao idioma inglês, o que também sublinha que outras tradições historiográficas - mesmo que traduzidas para o Inglês - raramente adentram a escopo bibliográfico e teórico desses trabalhos¹⁴. Tal cenário aponta para as limitações observadas no desenrolar do processo descentralizador almejado pela perspectiva.

No contexto latino-americano, a institucionalização e adesão da História Global toma contornos ainda mais complexos, observando obstáculos diversos. Se a predominância anglófona limita a circulação e o trabalho com a História Global, junta-se a ela as dificuldades de financiamento. Pelo fato dessas pesquisas exigirem a consulta em arquivos diversos e o domínio plurilinguístico, a exigência alta de financiamento encontra barreiras no escasso fomento à pesquisa observado na região¹⁵ e a predominância ainda de um olhar bastante centrado no Estado-nação. Esse cenário começou a se modificar na última década, com novas iniciativas em História Global surgindo na região, como programas de pós-graduação voltados a essa área.

No entanto, gostaríamos de ir além da comumente e simplista - ainda que verossímil - crítica em torno das limitações financeiras da América Latina. É imprescindível observar que a adesão ainda tímida da História Global na região reside na própria falência, até então, do pressuposto

¹² PACHECO, Perla Patricia Valero. **Hacia una nueva historia global no eurocéntrica: un balance crítico**. Revista Americana de Historia Social, v. 9, 2017. pp. 144-165,

¹³ Ibid, p. 149.

¹⁴ CONRAD, *op cit.*, 2016, pp. 119, 2016.

¹⁵ Ibid, p. 117.

descentralizador almejado por essa perspectiva. A predominância de trabalhos em inglês significa não apenas uma hegemonia linguística, mas a permanência de uma base teórica predominantemente produzida pelo e para o Norte Global. Isto é, a História Global ainda não suplantou uma falha conceitual que promove a integração do “outro” – o Sul Global – em uma narrativa que permanece sempre eurocêntrica¹⁶. Há, dessa maneira, a (re)afirmação do Norte Global como o centro de produção de narrativas historiográficas. Isso também atesta para a dificuldade da História Global em superar a velha dicotomia entre Ocidente/resto, na qual a América Latina pouco se encaixa¹⁷ – o que, em última instância, dificulta ainda mais a inserção da região em trabalhos de História Global, os quais, na prática, pouco descentralizam as hegemonias do saber. Ao despontar como esse “outro Ocidente”, a América Latina acaba desaparecendo desses relatos supostamente globais¹⁸. Nessa conjuntura, uma proposta seria “contaminar” a História Global com uma episteme latino-americana, como é o caso dos trabalhos decoloniais¹⁹, dando novo fôlego ao almejo descentralizador dos historiadores e das historiadoras globais.

Outra estratégia para aproximar a América Latina da História Global é constatar que a região já possui uma tradição anterior de analisar o que Pacheco²⁰ chama de relações entre centro-periferia. Dessa forma, autores como José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, entre outros teóricos latino-americanos, já constituíram uma atenção por processos diversos que extrapolam os limites do Estado-nação e observam as relações de poder assimétricas entre o Norte e o Sul Global. A conjuntura brasileira é, nesse sentido, um ótimo exemplo de como a historiografia já tem se preocupado sobre as conexões e relações para além dos limites do Estado-nação antes que a História Global

¹⁶ DE LIMA GRECCO, Gabriela; SCHUSTER, Sven. **Decolonizing Global History? A Latin American Perspective**. *Journal of World History*, v. 31, n. 2, 2020, pp. 425-446.

¹⁷ *Ibid*, p. 431.

¹⁸ PACHECO. *op. cit.*, 2017, p. 152.

¹⁹ DE LIMA GRECO; SCHUSTER. *op. cit.* 2020 p. 434.

²⁰ PACHECO. *op. Cit.*, 2017, p. 157.

procurasse impulsionar tal perspectiva. Desde pelo menos o século XIX, muitos intelectuais têm percebido que compreender o Brasil significa se atentar para encontros e conexões entre civilizações diversas, como as indígenas e aquelas provenientes da Europa ou da África²¹. Rafael Marquese e João Paulo Pimenta²², ao se debruçarem sobre a historiografia da América Latina e do Caribe, chegam a defender que a história dessas regiões só realmente poderia ser compreendida a partir da observação de suas dimensões globais²³.

Portanto, apesar das limitações impostas pela predominância de uma apreensão teórica e linguística ainda bastante eurocêntrica, a História Global pode encontrar na América Latina uma potente aliada na expansão do campo. De forma análoga, a historiografia latino-americana e, com ela, a brasileira podem enriquecer, diversificar e ampliar a compreensão de dinâmicas observadas a partir de suas conexões e sua integração global. Assim, primeiramente, é necessário “tornar a história global menos ‘anglosférica’, instilando-a com conceitos derivados da experiência brasileira e, secundamente, enriquecer a história brasileira com as ferramentas e abordagens da história global”²⁴.

No contexto acadêmico português, uma adesão significativa à História Global não é também ainda observada. No entanto, assim como no Brasil, a historiografia portuguesa tem sido atravessada por um interesse crescente pelo debate. Nesse sentido, a publicação de *História Global de Portugal*²⁵ instigou uma discussão profícua entre historiadoras

²¹ SCHULZE, Frederik; FISCHER, Georg. **Brazilian History as Global History**. Bulletin of Latin American Research, v. 38, n. 4, 2018, pp. 408-422.

²² MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João. Latin America and the Caribbean: Traditions of Global History. In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic. **Global History, Globally: Research and Practice around the World**, London: Bloomsbury, 2018, pp. 67–82.

²³ MARQUESE; PIMENTA. *op. cit.*, 2018, p. 78.

²⁴ SCHULZE; FISCHER. *op. cit.*, 2018, p. 409. Traduzido do original: “[...] to make global history less ‘Anglospheric’ by instilling it with concepts derived from the Brazilian experience and, second, to enrich Brazilian history with the tools and approaches of global history.”

²⁵ FIOLEHAIS, Carlos; FRANCO, José.; PAIVA, José. **História Global de Portugal**, Lisboa: Temas e debates, 2020.

e historiadores. Para além das críticas e elogios destinados à obra, houve uma particular preocupação em conduzir uma História Global portuguesa que não contribuísse para a perpetuação de uma narrativa que, em última instância, permanecesse eurocêntrica²⁶. Ou seja, assim como a brasileira, a historiografia portuguesa certamente tem interpretado há bastante tempo o país a partir de suas diversas conexões globais, em especial a partir de sua experiência colonizadora. No entanto, a adesão específica à História Global pode projetar um olhar que não tenha nessas conexões algo exterior a sua reflexão teórica e que, principalmente, encontre nelas o ímpeto para observar relações de poder assimétricas, descentralizar os recortes geográficos e pluralizar o aporte teórico, suplantando o predomínio epistemológico eurocêntrico.

E a partir do amparo da História Global pretendemos com esse artigo revisitar os anos do regime do Estado Novo, em Portugal e da ditadura civil-militar do Brasil, para apreendermos a maneira pela qual o conservadorismo foi absorvido e reestruturado pelos grupos que estavam no poder, o que interferiu na atuação das mulheres.

A escolha por Portugal e Brasil sobre o conservadorismo não é arbitrária, mas se fundamenta pela conexão histórica entre ambos os países, nos regimes autoritários que moldaram suas estruturas políticas e no papel que o pensamento político conservador desempenhou na manutenção do poder nesses contextos. Observar esses dois países permite entender como o conservadorismo se adaptou e operou de maneira semelhante em diferentes momentos e contextos históricos, refletindo tanto especificidades locais quanto influências globais.

Do ponto de vista metodológico, a investigação busca superar lacunas historiográficas ao explorar as contradições dos períodos ditatoriais, com foco no surgimento de novos costumes sob vigilância moral. O estudo será dividido em duas seções. Na primeira, serão analisadas as múltiplas

²⁶ VILAR, Hermínia Vasconcelos Vilar; FLORES, Jorge; ARAÚJO, António. **A oportunidade e os limites de uma história global de Portugal: mesa-redonda**. *Ler História*, n. 78, 2021, pp. 277-191.

definições acerca do pensamento conservador, destacando particularidades relativas à História dos Conceitos. Em seguida, será observado como o movimento conservador se difundiu em ambos os países, explorando as peculiaridades de cada contexto autoritário. A escolha de analisar Portugal e Brasil separadamente no estudo do conservadorismo durante os períodos ditatoriais se justifica pela necessidade de captar as especificidades históricas, sociais e culturais de cada contexto. Embora ambos os países compartilhem traços autoritários, como a repressão política e a influência do pensamento político conservador, cada regime teve suas particularidades que exigiram um tratamento diferente para uma compreensão mais aprofundada. Dessa forma, estudá-los separadamente permite identificar como o conservadorismo se manifestou de formas distintas em resposta às realidades locais — em Portugal, marcado pela longevidade do Estado Novo e sua relação com o colonialismo, e no Brasil, pela ditadura civil-militar em um contexto de crescente urbanização e industrialização. Por conseguinte, é possível observar como essas ideologias se adaptaram aos desafios internos de cada país, ao mesmo tempo que eram influenciadas por tendências globais. A comparação explícita, que emerge de cada análise individual, facilita entender no que os movimentos convergiram e divergiram. No entanto, esses argumentos serão desenvolvidos em dois sub tópicos, o primeiro discorrendo a respeito de Portugal e o segundo sobre o Brasil. A partir disso, visamos apreender como o uso do passado, principalmente por governos autoritários, amparam-se de perspectivas para justificar a “naturalização” do espaço político ser hegemonicamente masculino.

Perspectivas e abordagens sobre o conservadorismo

Inúmeros estudos sobre o conservadorismo, logo em suas primeiras páginas, demonstram um notável cuidado em evitar o termo ideologia e tudo o que ele implica: um conjunto de valores ou princípios que, seguindo a tradição marxista, não busca apenas compreender a realidade,

mas também transformá-la²⁷. É somente ao historicizar que nos damos conta que determinados esquemas de pensamento não são passíveis de serem tomados apenas no seu teor semântico, havendo a necessidade de adentrar no próprio conteúdo histórico, político e social que envolve o termo²⁸.

Entretanto, antes de nos atermos às inúmeras concepções sobre o pensamento conservador, é relevante sublinhar algumas peculiaridades inerentes à História dos Conceitos. Reinhart Koselleck²⁹ admite que “os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significado”³⁰. O autor também acrescenta que o conceito agrupa em si tanto uma gama de experiências históricas, como também o resultado dos atributos objetivos teóricos e práticos em uma única situação, a qual pode ser experienciada por meio desse mesmo conceito. Ademais, argumenta que, “embora os conceitos compreendam conteúdos sociais e políticos, a sua função semântica, sua economia não pode ser derivada apenas desses mesmos dados sociais e políticos aos quais se referem”³¹. Ou seja, o esquema teórico pensado a partir dos conceitos, ao qual o autor se refere, visa designar esses não apenas como um indicador de significados, mas também como elementos que abrangem a totalidade da definição.

O autor Robert Nisbet³², em seu livro *O conservadorismo*, argumenta, nas primeiras páginas do seu trabalho, a respeito das origens do conservadorismo e indica que a essência filosófica dessa ideologia incorporou sua gênese em 1790, com Edmund Burke, na obra *Reflections on the Revolution in*

²⁷ COUTINHO. *op. cit.*, 2014, pp. 35.

²⁸ TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. **Conservadorismo: perspectivas conceituais**. Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e) anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, dezembro 2015, pp. 86-107. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/> Acesso em: 15 jun. de 2024.

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão por Wilma Patrícia Mas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 3a reimpressão: novembro de 2012.

³⁰ KOSELLECK. *op. cit.* 2012, p.98.

³¹ *Ibid.*, p. 10.

³² NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

France. Todavia, apenas em 1930, na Inglaterra, o conservadorismo adentrou o meio político como discurso. Ainda, de acordo com Nisbet,

Raramente, na história do pensamento, um conjunto de ideias foi tão dependente de um único homem e de um único acontecimento como o conservadorismo moderno o foi de Edmund Burke e da sua violenta reação à Revolução Francesa. Em notável grau, os temas essenciais do conservadorismo, durante os dois últimos séculos, não são mais do que a continuação dos temas enunciados por Burke com referência específica à França revolucionária³³.

Em nossa pesquisa, encontramos alguns outros autores que movimentaram esforços no sentido de pensar essa ideologia, tanto como fenômeno político, como tradição filosófica em sentido amplo. São eles: o cientista político americano Corey Robin³⁴; o historiador americano George H. Nash³⁵; o filósofo britânico Michael Oakeshott³⁶; a professora brasileira Camila Felix Vidal³⁷ e, por fim, o professor brasileiro Jamerson Souza³⁸. A intenção não é dissecar todas as investigações supracitadas, mas nos interessa direcionar nossa observação para os trabalhos de Vidal e Souza, pois apresentam relevância para o estudo presente.

Em relação à Vidal³⁹, suas pesquisas se concentram na presença do conservadorismo no Partido Republicano dos Estados Unidos e

³³ NISBET. *op. cit.* 1987. p. 15.

³⁴ Sobre esses estudos ver: ROBIN, Corey. **The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin**. New York: Oxford University Press, 2011.

³⁵ Sobre esses estudos ver: NASH, George. **The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945**. New York: Basic Books, 1976.

³⁶ Sobre esses estudos ver: OAKESHOTT, Michael. “On Being Conservative”. In: _____. **Rationalism in Politics and other essays**. Indianapolis: Liberty Fund, 1991. Retirados do link: <http://faculty.rcc.edu/sellick/On%20Being%20Conservative.pdf>.

³⁷ VIDAL, Camila Feix. **O Movimento Conservador Norte Americano da Década de 1950 e Percepção Conservadora a Respeito da Sociedade, Economia e Política Externa**. Revista Tomo, n° 23, 2013.

³⁸ SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. **Edmund Burke e a gênese conservadorismo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, maio/ago. 2016, pp. 360-377.

³⁹ *Ibid*, p. 266.

consideram que o movimento, com origem na década de 1950, pode ser interpretado como uma rejeição ao movimento liberal que prosperava nos Estados Unidos desde o século anterior, como também uma renúncia ao Comunismo da URSS. Nesse sentido, o conservadorismo teria despontado naquele período como uma reação ao cenário global dos embates da Guerra Fria, o que sugere uma evidente resposta de projetos conservadores locais às tensões globais de disputa entre capitalismo e comunismo.

No caso de Souza⁴⁰, sua investigação aborda sobre as tendências ideológicas do conservadorismo. Nesse sentido, o autor apresenta as bases fundantes, a sua ampliação no decorrer do século XX e algumas características centrais que se manifestaram no cenário político brasileiro. No processo de desenvolvimento do trabalho, os argumentos de Burke são expostos na condição de origem da tradição conservadora. São também abordadas as suas vertentes norte-americana e inglesa, as quais o autor aponta como as mais influentes no Brasil. Também é comentado sobre os movimentos políticos de extrema-direita no mundo, na qualidade de mentores materiais das ideologias do conservadorismo contemporâneo.

Esses trabalhos trazem em comum a constante do conservadorismo como um pensamento que se fundou sob as perspectivas teóricas de Burke⁴¹, mas que foi sentido de forma diferente, em cada contexto. Isto é, o conservadorismo se desdobrou em contextos locais, mas não de forma desconectada de tendências transnacionais, em especial sob a influência de ideais conservadores anglo-saxões. Além disso, é possível ainda experienciar esse pensamento, no mundo contemporâneo, a partir de propostas que transcorrem desde as vertentes da economia, até no que tange à moral e aos bons costumes, como ocorreu no contexto português e brasileiro.

Durante o regime ditatorial de Portugal, celebrado como o Estado Novo, muitos foram os esforços dos militares para construir e desenvolver uma imagem ideológica do país que funcionasse como elo para toda a

⁴⁰ SOUZA. *op. cit.* 2016, p. 365.

⁴¹ BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

população identificar-se com as características de sua nação. Paula Morais⁴² afirma que

Recuperando uma imagem de Portugal que, desde sempre, tem acompanhado o percurso evolutivo deste país, o Estado Novo difunde-o como algo novo e impossível de ser questionado ou refutado uma vez que esse construto emana dos detentores do poder e, por isso mesmo, ele é visto como legítimo.

Assim como outros sistemas autoritários de poder existentes, o regime de Portugal também se tencionou como legítimo e, para além dos objetivos de agrupar toda a população e fundir-se como algo novo (daí origina-se o termo Estado Novo), tal regime, que afirmava ser protegido por Deus, utilizava da sua capacidade de domínio em relação à população para silenciar e deslegitimar, através da censura, manifestações de caráter político, em um primeiro momento, e posteriormente quaisquer formas de discurso que incomodassem o Estado se tornavam alvo de sua advertência⁴³.

O governo português edificou seu poderio a partir do seu autoritarismo em diversas faces, principalmente admitindo o controle do homem em relação à mulher, por bases legislativas, como podemos ver nas observações da autora:

Quanto à transposição para o legislativo, nada foi deixado ao acaso. A título de exemplo, até 1969 as mulheres casadas não podiam sair do país sem autorização do marido reconhecida notarialmente, e até 1974 os maridos podiam abrir a correspondência da mulher. Até 1974, as mulheres não podiam ser admitidas nas carreiras da magistratura nem da diplomacia⁴⁴.

⁴² MORAIS, Paula Fernanda da Silva. **Portugal sob a Égide da Ditadura**: o rosto metamorfoseado das palavras. 2005. 132 f. Tese de Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Cidade de Braga, 2005. pp. IV.

⁴³ Ibid, p. 50.

⁴⁴ VICENTE, Ana. **Do autoritarismo e das mulheres nas segunda e terceira Repúblicas**. Revista História das Ideias. vol. 16, 1994, pp. 1-16.

Além do mais, o poder patriarcal também foi respaldado pelo código civil da versão de 1967⁴⁵, no artigo nº 1674, que, a respeito do poder marital, afirma: “O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum, sem prejuízo do disposto nos artigos subsequentes”.

Em Portugal, o regime ditatorial não escondeu suas pretensões no que tange ao lugar que a mulher deve ocupar e a sua conduta tanto no meio público, no qual, de acordo com a legislação, as mulheres não possuíam direitos de adentrarem carreiras de magistratura e diplomacia, quanto no meio privado, em que o marido a representava e decidia todos os atos da vida conjugal. A institucionalização do pensamento conservador visava coibir tudo que fosse estabelecido como imoral pelo regime, a partir de leis e repressões fundamentadas na índole de um cidadão ideal, que perpassa por diversas nuances, dentre elas, de um modelo específico de comportamento e sexualidade⁴⁶.

Já no Brasil, a Constituição⁴⁷ de 1967 serviu como um instrumento político para legitimar os valores civis da sociedade. Conforme Setemy⁴⁸, o governo não se limitou à Constituição de 1967, ele também usou os Atos Institucionais, publicados entre 1964 e 1970, a Lei de Imprensa de 1967 e a Lei de Segurança Nacional como ferramentas de poder. Esses instrumentos revelam que práticas repressivas, como a censura à imprensa, foram implementadas gradualmente, combinando o aumento do controle sobre a sociedade civil com a tentativa de manter uma imagem positiva do regime.

⁴⁵ Para maiores informações, consultar PORTUGAL. Código Civil 1967. Artigo nº 1674 (Poder marital), 25-11-1966. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/47344-1966-477358>. Acesso em 06 de novembro de 2014.

⁴⁶ PIOZEVAN, Adriane; JUNIOR, Antônio Fontoura. **Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios**. Anais, VII Congresso Internacional de História. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/727.pdf>. Acesso em: 09 fevereiro de 2020.

⁴⁷ Não compete afirmarmos que a Constituição era conservadora, mas, apontar determinados artigos como manifestações do pensamento conservador na sociedade.

⁴⁸ SETEMY, Adrianna. **Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as cores e as dores de um país em convulsão**. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2019.

Nesse sentido, o regime civil-militar brasileiro, ao lidar com o contexto de efervescência social, enfrentava uma forte oposição as suas tentativas de intervenção nos valores morais, exacerbando o ambiente de medo e autocensura entre aqueles que desafiavam os padrões estabelecidos.

Para lidar com uma conjuntura de instabilidade aos olhos do regime, a repressão foi formalizada com a promulgação do Ato Institucional II em 27 de outubro de 1965, sob o governo de Castelo Branco. O decreto reafirmava o compromisso do regime com uma “revolução” contínua, focada na recuperação econômica, política e moral do país: “A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil”. Segundo Piovezan e Fontoura⁴⁹, esse ato serviu para estabelecer o que deveria ser considerado proibido ou aceitável, moldando assim a percepção do que era considerado correto e decente. Assim, o regime utilizava esses mecanismos de controle não apenas para censurar e silenciar, mas também para definir o que poderia ser debatido e aceito na sociedade.

A Lei nº 5.250, promulgada em 9 de fevereiro de 1967, estabeleceu regulamentações rígidas para a liberdade de manifestação do pensamento e da informação no Brasil durante o regime militar. Segundo esta, a publicação e circulação de livros, jornais e outros periódicos eram permitidas, desde que não fossem clandestinas e não atentassem contra a moral e os bons costumes. Especificamente, o Art. 17º e o Art. 61, § 6º da lei concediam aos Juízes de Menores e ao Ministério Público a autoridade para apreender imediatamente publicações que fossem consideradas ofensivas à moral pública e aos bons costumes.

Essas disposições legais evidenciam a abordagem do Estado em controlar não apenas o sistema político, mas também o comportamento social mais amplo. A preservação da moral pública e dos bons costumes era vista como essencial para a ordem social, segundo a perspectiva do pensamento conservador do regime, que utilizava a moralidade pública

⁴⁹ PIOZEVAN; FONTOURA. *op. cit.* p. 2410.

e privada como instrumentos para garantir a conformidade com seus valores e normas, o que reflete um controle abrangente sobre a expressão e as práticas sociais. Esse controle buscava assegurar que as manifestações públicas e privadas estivessem alinhadas com a visão do regime sobre o que era aceitável e apropriado. Nesse sentido, a ditadura civil-militar do Brasil temia práticas e comportamentos que pudessem desafiar a “ordem sexual”, a “família tradicional” e os valores éticos que, segundo sua visão, sustentavam a coesão da sociedade brasileira. A censura e as restrições impostas eram, portanto, não apenas uma forma de controle político, mas também um meio de moldar a sociedade de acordo com os princípios e interesses do regime militar⁵⁰.

O pensamento conservador, ao longo da história, sempre buscou preservar os valores morais e culturais tradicionais, resistindo a mudanças sociais que desafiam o que se entende como “ordem estabelecida”. No contexto do Decreto-Lei nº 1.077, promulgado sob o governo de Emílio G. Médici, vemos uma clara manifestação desse conservadorismo, que utilizava o Estado para garantir que a moralidade e os costumes fossem mantidos. A censura, como instrumento central, foi aplicada para reprimir qualquer forma de expressão que pudesse desviar dos padrões aceitos, refletindo a ideia de que a sociedade deveria ser rigidamente controlada para proteger esses valores. O pensamento conservador se manifesta, nesse caso, não apenas na proibição de conteúdos tidos como imorais, mas também na imposição de um conjunto de comportamentos e normas que buscavam moldar a identidade coletiva. Essa visão conservadora, então, atuava tanto por meio da censura direta quanto pela criação de uma moralidade social que resistia a qualquer forma de mudança que pudesse desafiar a estrutura tradicional⁵¹.

A ditadura civil-militar brasileira, em suas diretrizes, definia de maneira crucial o que era considerado imoral. De acordo com Piovezan

⁵⁰ QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

⁵¹ PIOZEVAN; FONTOURA. *op. cit.* p. 2413.

e Fontoura⁵², para os militares governantes da época, a imoralidade estava associada a “um plano subversivo” que ameaçava “a segurança nacional”. Setemy⁵³ destaca que os conflitos socioculturais da década de 1960 tiveram um impacto significativo na relação entre o regime militar e a sociedade brasileira. Embora o governo fosse autoritário, sua ascensão e seu funcionamento estavam intimamente ligados aos antagonismos entre diferentes grupos sociais. Nessa conjuntura, esses antagonismos, alimentados por ideias conservadoras, eram também atravessados pelas tensões globais da Guerra Fria. A proibição moral era muitas vezes enquadrada pelos ditadores como uma medida necessária para conter o avanço do que denominavam como “ameaça comunista”. Ou seja, em um contexto global de batalhas ideológicas, aquilo considerado como indesejável moralmente pelo regime era enquadrado como um ataque comunista à moral e à família brasileira. Assim, o regime não apenas justificava a repressão àquilo visto como moralmente indesejável, mas também utilizava dessa retórica para justificar a sua própria existência e convencer a população de que a manutenção dos militares no poder era necessária à segurança da nação⁵⁴.

Por conseguinte, o pensamento conservador no Brasil, durante a ditadura civil-militar, e em Portugal, no período do Estado Novo, compartilha uma forte ênfase no controle moral e na preservação dos valores tradicionais. Ambos os regimes utilizaram o conservadorismo político como uma ferramenta para legitimar suas estratégias autoritárias, especialmente por meio da censura e da repressão de manifestações culturais ou sociais que desafiassem a moralidade e os costumes estabelecidos. No Brasil, o regime estabeleceu um forte controle sobre as expressões culturais e políticas, como evidencia o Decreto-Lei nº 1.077,

⁵² *Ibid*, p. 2411.

⁵³ SETEMY, *op. cit.* 2019, p. 111.

⁵⁴ SANTOS, Henrique Cintra. **Conexões e resistências globais queer durante a Guerra Fria: movimentos LGBTQIA+ na ditadura militar brasileira e na Alemanha Oriental**. 2024. 406 f. Tese (Doutorado em História Global). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024, p. 286.

que visava controlar conteúdos considerados ofensivos à moral e aos bons costumes. A ditadura utilizou o discurso anticomunista e moralizante para justificar o silenciamento de qualquer oposição, e a censura se tornou um pilar fundamental na manutenção da ordem conservadora. De maneira semelhante, o Estado Novo de Salazar, em Portugal, apoiava-se na Igreja Católica (que veremos mais adiante) e no discurso da defesa da família tradicional e dos valores morais para consolidar o poder do regime. Em ambos os países, o conservadorismo não se limitava a uma visão política, mas impregnava todas as esferas da vida social, incluindo a religião, a cultura e a moralidade, buscando garantir a continuidade de uma estrutura social hierárquica e tradicional.

No entanto, há diferenças importantes entre as manifestações do conservadorismo nos dois contextos, que podem ser observadas: em Portugal, o Estado Novo pode ser caracterizado por um pensamento conservador fortemente religioso, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na definição das políticas de moralidade e na legitimação do regime. As estratégias de manifestações conservadoras portuguesas estavam intrinsecamente ligadas à visão da Igreja sobre a vida familiar, a sexualidade e os costumes. Já no Brasil, apesar da forte influência religiosa (que veremos a seguir com *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade*), a ditadura civil-militar utilizou o pensamento conservador mais voltado para o discurso de segurança nacional e combate ao comunismo, em que o controle moral era visto como parte de uma estratégia para combater o que se considerava a subversão da ordem. Assim, uma das possíveis interpretações acerca das dinâmicas do pensamento político conservador no Brasil e em Portugal aponta que enquanto em Portugal estava profundamente enraizado na tradição religiosa e católica, no Brasil se manifestava de forma mais política e pragmática, focada na repressão de ideologias consideradas ameaçadoras à ordem estabelecida. Apesar dessas nuances, ambos os regimes compartilhavam a convicção de que a defesa da moralidade e dos bons costumes era essencial para a sobrevivência e o sucesso de seus projetos autoritários.

Manifestações conservadoras: Portugal e Brasil

A ditadura em Portugal, conhecida como Estado Novo, emergiu em um período de profunda instabilidade política e social após a Primeira Guerra Mundial. Conforme Luiz Cardoso e Joaquim Santos⁵⁵ descrevem, esse período foi marcado por problemas de segurança, detenções e deportações para colônias africanas, além de uma crescente desilusão da população com a corrupção e a inadimplência dos políticos. Em resposta a essas crises, surgiu um forte desejo por estabilidade e equilíbrio, que encontrou eco nos discursos dos militares, que, em 28 de maio de 1926, organizaram um golpe que suspendeu a Constituição Portuguesa, dissolveu o Parlamento e instaurou uma ditadura militar provisória. Este novo regime, inicialmente, buscava apenas uma nova forma de estrutura política. Em 1933, uma nova constituição foi aprovada, encerrando o governo ditatorial provisório e instaurando o Estado Novo, regime que perdurou até a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974.

A respeito das reações ao pensamento conservador, o jornal *Portugal Democrático*, desde 1958, lançava registros sobre o posicionamento de resistência da Igreja Católica frente ao governo ditatorial, com o título “Os católicos e o Estado Novo”. O autor do texto, o engenheiro Lino Netto, do Centro de Informação Católica, buscou demonstrar a reação dos religiosos a respeito do equívoco geralmente compreendido de que todo católico deveria apoiar o regime do Estado Novo. Nas primeiras linhas é comentando a respeito dos problemas que os religiosos estavam enfrentando na ditadura,

⁵⁵ CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos. **Estado Novo português e Estado Novo brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônico (décadas de 1930 e 1940)**. Encontro Internacional ARQUIMEMÓRIA – Sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador- Bahia. 14 a 17 de maio de 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20221/1/Acta__Estado-Novo_VersaoFinal.pdf. Acesso em 06 de novembro de 2024.

Alguns desses problemas dizem especialmente respeito aos católicos, quer por ter usado e abusado durante a campanha da invocação dos princípios católicos e da libertação da Igreja, quer pela afirmação repetida de que os católicos estavam e deveriam estar em determinado campo, quer ainda pelo apelo, glosado em diversas gradações, de que estava em causa a própria civilização cristã⁵⁶.

Ou seja, a postura dos religiosos católicos em ter apoiado o regime durante a campanha, e depois, com o desenvolvimento deste, perceber que as medidas adotadas iam contra os seus ideais, foi um dos problemas enfrentados. Além disso, a reportagem relata sobre as dificuldades da relação entre católicos e a política e sobre como o totalitarismo do Estado Novo estava comportando-se de maneira anticristã. Um dos trechos expõe as práticas realizadas pelo governo, tais como:

[...] o estado e os processos de esclarecimento das questões políticas de que recentemente a campanha é exemplo típico acabado; os métodos de repressão política, econômica, e de todos os gêneros que, numa gama completa de gradações, procura atemorizar as consequências; [...] a organização corporativa em flagrante contradição com o espírito das encíclicas; [...]⁵⁷.

Uma das possibilidades de interpretação ao pensamento conservador, nesse documento, está presente nas críticas realizadas pelo engenheiro Lino Netto ao comportamento da Igreja Católica, em apoiar o regime que possuía contradições com os pressupostos religiosos, e principalmente com a atuação da violência para reprimir os que não aceitavam as imposições advindas do governo.

Além dessa reação baseada sob a ótica do comportamento da Igreja, mulheres⁵⁸ católicas portuguesas também asseguraram suas críticas em

⁵⁶ NETTO, Lino. 1958. Os católicos e o Estado Novo. **Jornal Portugal Democrático**, n° 19, p. 5.

⁵⁷ Ibid, p. 5.

⁵⁸ Ao mencionar mulheres católicas portuguesas, fazemos referência a um coletivo específico que, dentro do contexto de resistência ao regime ditatorial, se organizou para expressar suas

relação ao Estado Novo, o que é possível conferir na reportagem “Mulheres católicas contra a repressão e reclamam anistia”, no ano de 1962, realizada pelo *Jornal Portugal Democrático*. A reportagem diz respeito ao documento assinado por centenas de mulheres católicas portuguesas (de todas as camadas sociais, segundo a matéria), que foi enviado ao então Bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes⁵⁹ (que por ventura estava em exílio) e ao Presidente da Assembleia Nacional. No documento, as mulheres apresentaram suas reações em relação ao posicionamento violento do regime ditatorial:

Nós, mulheres católicas portuguesas, tendo tomado conhecimento de factos que atentam contra a moral e a humanidade cristãs, vimos manifestar nossa inquietação e solicitar a intervenção de V. Reverendíssima, como a mais alta autoridade eclesiástica da diocese. Em nosso país, todo o mundo conhece a existência duma polícia política (PIDE), cujos métodos (os maus tratos e as torturas dos quais temos testemunhas e provas) foram já muitas vezes corajosamente denunciados por entidades católicas, isentas de posição política, e, guiados unicamente pelos seus sentimentos de civismo e fraternidade cristã⁶⁰.

preocupações morais e cristãs. Importante destacar que essa designação não abarca todas as mulheres católicas de Portugal, mas sim aquelas que, naquele momento, se posicionaram de forma crítica ao governo, buscando defender princípios éticos e humanitários. Não se pretende, portanto, generalizar o pensamento ou a ação de todas as mulheres católicas do país.

⁵⁹ Dom António Ferreira Gomes, bispo do Porto, destacou-se por sua crítica ao corporativismo do Estado e por defender a liberdade de expressão política. Em 1959, foi aconselhado a retirar-se temporariamente do país, sob o pretexto de férias, mas acabou sendo proibido de retornar, iniciando um exílio de dez anos. Durante esse período, residiu em várias cidades, como Vigo, Santiago de Compostela, Valência, Lourdes, Ciudad Rodrigo e Salamanca, onde continuou a colaborar com a ação pastoral e recebeu apoio constante de amigos e da sua diocese. Seu retorno a Portugal foi sistematicamente bloqueado pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), que, em colaboração com a CONGERE (Comisaría General de Información) espanhola, interceptava suas tentativas de regressar. Durante o Concílio Vaticano II (1963-1965), Dom António participou ativamente, integrando a Comissão dos Seminários e Estudos, e realizando intervenções notáveis, especialmente sobre ecumenismo e liberdade religiosa, junto com o também portuense Dom Sebastião Soares de Resende. FERREIRA, Manuel de Pinho. **A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes**. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2004.

⁶⁰ Mulheres católicas contra a repressão e reclamam anistia. 1962. **Jornal Portugal Democrático**, ano IV, n° 60, p. 12.

Ainda nesse mesmo documento, as mulheres enfatizaram o apoio aos presos e perseguidos, sem levar em consideração seus ideais políticos, concentrando-se no fato desses se constituírem como seres humanos. Assim, alegavam que os únicos que estão passíveis a serem condenados eram os seus algozes por conta das atitudes perversas de injustiça. Por fim, sinalizaram que o supracitado documento visava expor a postura de que “todo ser humano tem o direito ao respeito de seus semelhantes e à liberdade, pois só assim se pode formar um ser útil à sociedade”⁶¹. Com base nesse documento, é possível identificar que as mulheres também reagiram, no que tange ao comportamento da Igreja Católica e ao posicionamento de apoio ao regime político ditatorial de Portugal, como também ao abuso de poder e à violência instaurada.

Além dessas reportagens, o jornal *Portugal Democrático* realizou outros registros sobre as reações entre católicos e a ditadura de Portugal, apontando a postura de resistência desses. No levantamento de fontes realizado, encontramos algumas notícias sobre esse tema: “Os católicos e a democracia. Ano III, nº 20, São Paulo, Janeiro de 1959”; “Relação entre a Igreja Católica e o Estado e a liberdade dos católicos. Ano III, nº 26, São Paulo, Julho de 1959”; “Os católicos e a repressão salazarista. Ano III, nº 27, São Paulo, agosto de 1959”; “Os católicos portugueses e o regime salazarista. Ano IV, nº 32, São Paulo, Janeiro 1960”; “O Estado Novo persegue os católicos, Ano IV, nº 34, São Paulo, Março de 1960”; “Salazar e o direito penal da Igreja. Ano IV, nº 63, São Paulo, agosto de 1962”. Todas essas reportagens têm em comum o posicionamento contrário dos religiosos católicos frente ao Estado Novo.

Outro jornal que também relatou a reação sobre o posicionamento da Igreja e do regime do Estado Novo foi o *Portugal Livre*, na capa da edição número 7, do ano de 1960, como podemos ver a seguir:

⁶¹ Mulheres católicas contra a repressão e reclamam anistia. 1962. *Jornal Portugal Democrático*, ano IV, nº 60, p. 12.

Figura 1: Padres e Bispos de Portugal.



Fonte: ABRAMO, Claudio (diretor). 1960. Padres e Bispos de Portugal esqueceste a mensagem de Cristo? **Jornal Portugal Livre**, Ano I. Número 7. p. 1.

A capa do jornal, composta pela imagem do Cristo crucificado e a passagem bíblica de São Matheus, capítulo 23, versículos 13-15, buscar indagar os padres e bispos de Portugal a respeito da mensagem que foi deixada para mundo para os cristãos: “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, porque devorais as casas das viúvas a pretexto de longas orações”⁶². Uma das interpretações possíveis é sobre a política de terror e represália que acontecia no regime. Outro trecho descrito nas linhas da

⁶² ABRAMO, Claudio (diretor). 1960. Padres e Bispos de Portugal esqueceste a mensagem de Cristo? **Jornal Portugal Livre**, Ano I. Número 7. p. 1.

capa do jornal diz que: “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, porque rodeais o mar e a terra para fazerdes um prosélito e, depois de o terdes feito, o tornais duas vezes mais digno do inferno que de vós”! Nesse documento, a reação da população estava sendo direcionada aos que estavam “à frente” da Igreja Católica, padres e bispos.

A intenção ao expor essas notícias é analisar como a imprensa retratava as manifestações do governo, que se apoiava, em parte, nas encíclicas papais e em discursos de cunho conservador para consolidar sua visão ideológica. Além disso, busca-se observar a mudança gradual no posicionamento da Igreja Católica em relação ao regime, à medida que as ações governamentais começaram a entrar em conflito com os princípios éticos sustentados pela Igreja. Embora o catolicismo ainda compartilhasse certos valores morais com o governo, especialmente em questões de família e moralidade, surgiram tensões à medida que as práticas repressivas do regime contrariavam os preceitos religiosos, expondo as contradições entre religião e política no contexto conservador da época.

Enquanto em Portugal o governo se apoiava em princípios conservadores, no Brasil⁶³, o cenário político também refletiu uma crescente influência de valores tradicionais, que culminariam no regime militar. Após a renúncia de Jânio Quadros, seu vice, João Goulart, assumiu a presidência, gerando um paradoxo político, pois ambos representavam visões ideológicas opostas. Essa divergência, somada à intensificação dos conflitos entre direita e esquerda, criou um ambiente de polarização que, em 31 de março de 1964, levou os militares ao poder. O regime que se instalou usou o pensamento político conservador, com ênfase no combate ao comunismo e na defesa da moralidade, como justificativa para implementar um governo autoritário que se estenderia até 1985, quando a pressão popular e internacional resultou na redemocratização.

⁶³ Para maiores informações consultar: REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

Os mecanismos tradicionais da sociedade brasileira estavam sendo desafiados tanto pela “ameaça comunista” quanto pelas mudanças nos comportamentos sociais da época, como a sexualidade e a estrutura familiar. Como parte do esforço para impor o pensamento político conservador, surgiram as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, organizadas principalmente por grupos femininos e membros da Igreja⁶⁴. Essas marchas não foram apenas uma reação aos temores políticos e sociais, mas atuaram como uma ferramenta para consolidar o pensamento político conservador, reforçando valores tradicionais e defendendo a preservação da família, da religião e da moralidade frente às transformações que ameaçavam a ordem estabelecida⁶⁵.

Aline Presot⁶⁶ destaca que a propaganda para essas marchas buscava adesão popular utilizando valores simbólicos como o amor à pátria, o respeito à democracia, a defesa da família e das liberdades políticas. Ela comenta sobre a linguagem apelativa usada nos meios de comunicação para atrair adeptos, utilizando palavras de ordem como “em nome da fé” e “em nome da família”, com o objetivo de comover a sociedade e incentivar a participação nos protestos. Presot⁶⁷ também observa que a própria palavra “marcha” implica um movimento ordenado, cadenciado e disciplinado, refletindo a natureza organizada desses eventos.

Ainda sobre essa discussão, Solange Simões⁶⁸ apontou que as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” foram essenciais nas

⁶⁴ A denominação ‘grupo de mulheres católicas’ é utilizada para identificar aquelas que participaram ativamente em movimentos como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, sem a intenção de generalizar que todas as mulheres católicas compartilhavam das mesmas opiniões ou alinhamentos políticos. O termo é empregado para especificar uma fração da sociedade que, naquele contexto, se organizou politicamente em defesa dos valores do pensamento conservador.

⁶⁵ SETEMY. *op. cit.*, p. 45.

⁶⁶ PRESOT, Aline Alves. **As Marchas Da Família, Com Deus Pela Liberdade E O Golpe De 1964**. 2004. Número de folhas 150. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 16.

⁶⁷ *Ibid.*, pp. 17-22.

⁶⁸ SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

táticas de arregimentação popular dos conspiradores, que mobilizaram diversas forças sociais, incluindo empresários, estudantes, operários, jornalistas, padres e mulheres. Essas marchas ocorreram em todo o país, tanto antes quanto depois do golpe de 1964, e se tornaram notáveis não apenas pelo volume de participantes, mas também pelos recursos materiais e ideológicos empregados para a mobilização política.

Segundo Simões⁶⁹, às mulheres idealizadoras e líderes das «Marchas da Família com Deus pela Liberdade» foi atribuída a responsabilidade principal por todas as campanhas de mobilização popular, especialmente entre as classes médias, visando desgastar o nacional-reformismo. Essas mulheres foram repetidamente aclamadas por generais, políticos e jornalistas como a vanguarda do movimento que teria desencadeado o golpe militar. Simões⁷⁰ comenta que elas foram reconhecidas por terem sido as primeiras a agir, por encorajarem “homens sem coragem” e por incentivarem e apelarem às Forças Armadas. Assim, tais manifestantes se tornaram as guardiãs da família tradicional e dos valores éticos que a sociedade brasileira deveria seguir.

Além disso, conforme Presot⁷¹, a participação nas marchas não se limitou aos católicos. Pastores, espíritas, rabinos e umbandistas também se uniram ao movimento, carregando estandartes e símbolos religiosos. Essa diversidade visava universalizar o movimento, permitindo que pessoas de todas as crenças se juntassem às marchas, reforçando a legitimidade e abrangência do protesto contra o governo.

Sobre as atividades políticas conduzidas por essas mulheres, é pertinente concordar com a afirmação de Costa, Santana e Sobral⁷², que argumentam que, durante o processo político, elas ocuparam posições de destaque de maneira tradicional, perpetuando seu papel subordinado. Não havia uma perspectiva emancipatória que as permitisse alcançar maior autonomia ou promover uma política igualitária. Quando deixaram de

⁶⁹ SIMÕES. *op. cit.*, 1985, p. 65.

⁷⁰ *Ibid*, p. 69.

⁷¹ PRESOT. *op. cit.*, p. 72.

⁷² COSTA; SANTANA; SOBRAL *op. cit.*, p. 56.

ser úteis ou necessárias ao novo regime vitorioso, com respaldo popular entre as classes médias, as mulheres foram desencorajadas ou obrigadas a retornar ao lar e à invisibilidade política, sem que sua condição de subalternidade mudasse. Não há registros de mulheres que conseguiram manter-se no espaço público ocupando papéis de liderança. No Estado da Bahia, por exemplo, apenas a deputada Ana Oliveira, que já tinha uma longa trajetória política, manteve-se em destaque na esfera pública. As demais, inclusive Hildete Lomanto, retornaram à invisibilidade do cotidiano doméstico e privado. É importante ressaltar que essa posição de destaque, baseada em perspectivas tradicionais e na maternidade, não foi exclusiva dos movimentos de pensamento conservador. Esse fenômeno também foi experienciado por mulheres que seguiam direções, anseios e lutas diferentes das que se mobilizavam nas Marchas. Em relação às participantes que marcharam pela vigilância dos bons costumes, não é viável afirmar que elas permaneceram imunes às possibilidades de aprendizagem que a participação política apresenta ou que não desenvolveram uma visão crítica sobre o caráter desses movimentos⁷³.

Considerações finais

A partir da observação do conservadorismo em contextos locais ditatoriais, sublinha-se que a História Global oferece uma perspectiva crucial para entender as semelhanças e diferenças no pensamento conservador em Portugal e no Brasil, ao situá-los em um contexto mais amplo de interações transnacionais. Em vez de limitar a análise às fronteiras nacionais, essa abordagem permite observar como as ideologias conservadoras em ambos os países foram moldadas por influências externas, especialmente durante o período da Guerra Fria. Tanto em Portugal, com o Estado Novo, quanto no Brasil, durante a ditadura civil-militar, o pensamento político conservador serviu como uma ferramenta para conter ameaças

⁷³ Ibid, p. 59.

percebidas à ordem social tradicional, como o comunismo e as mudanças nos comportamentos sociais. A Igreja Católica, em ambos os contextos, desempenhou um papel central na legitimação dos regimes, promovendo valores familiares e morais que se alinharam às políticas autoritárias.

Contudo, ao mesmo tempo que compartilham essas influências globais, o pensamento conservador em Portugal e no Brasil apresentou particularidades. Em Portugal, o Estado Novo esteve fortemente vinculado à figura de Salazar, e o conservadorismo se mostrou em uma forma de controle mais duradouro e centralizado, enraizado em uma visão de nação rural e profundamente católica. No Brasil, embora também marcado por uma forte influência conservadora, o contexto era mais volátil, com momentos de maior tensão política e social, como observado a partir das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. A análise, a partir da História Global, revela como esses dois regimes utilizaram elementos comuns, mas os aplicaram de maneiras distintas, reforçando a importância de conectar eventos locais com dinâmicas globais para uma compreensão mais profunda do conservadorismo nesses dois contextos autoritários.

Pesquisas como esta são adequadas para refletir sobre as demandas das mulheres em períodos de repressão. Ao analisar o conservadorismo nas ditaduras de Brasil e Portugal entre 1964 e 1975, torna-se evidente que as políticas autoritárias não só impunham um controle rígido sobre a sociedade, mas também perpetuavam estruturas patriarcais que limitavam severamente a liberdade e os direitos das mulheres. A compreensão dessas dinâmicas históricas oferece uma base sólida para avaliar como, ainda hoje, as mulheres enfrentam desafios semelhantes. No Brasil, por

exemplo, a proposta de Lei do Aborto⁷⁴ (PL 1920/2024)⁷⁵ ressuscita debates sobre direitos reprodutivos que remetem às restrições sobre o controle dos corpos no passado. Simultaneamente, a ascensão de ondas conservadoras na Europa⁷⁶ reflete um fenômeno global em que ideologias conservadoras ganham terreno, frequentemente acompanhadas por retrocessos em direitos e liberdades civis. Este artigo teve como intenção discutir os mecanismos através dos quais o conservadorismo se enraizou nas ditaduras do século XX, bem como chamar a atenção sobre de que forma esses mesmos mecanismos podem ser reativados hoje. Ao entender as táticas e os discursos empregados pelos regimes autoritários do passado,

⁷⁴ Atualmente, o aborto no Brasil não é considerado crime em três situações: se o feto for anencéfalo, se a gravidez for fruto de estupro, ou se a gravidez impuser risco de vida para a mãe. Fora desses casos, o aborto é criminalizado, mas as mulheres raramente são presas, enfrentando constrangimentos legais. A nova proposta de lei visa equiparar o aborto ao homicídio, impondo penas mais severas. O texto altera o Código Penal para aplicar penas de 6 a 20 anos para abortos em fetos com mais de 22 semanas, seja a gestante a praticante ou outra pessoa com ou sem consentimento. A proposta também restringe a legalidade do aborto em casos de estupro até a 22ª semana de gestação. Após esse período, o aborto será criminalizado mesmo em casos de estupro. Assim, uma mulher que interrompa a gravidez após a 22ª semana poderá enfrentar penas mais severas do que seu esturador, com penas de até 20 anos de prisão. GARCIA, Mariana. 2024. Câmara aprova urgência de texto que equipara aborto a crime de homicídio; entenda o que é aborto legal e quando ele é permitido. **Portal G1 de Notícias**, 13 de junho de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/06/13/camara-aprova-urgencia-de-texto-que-equipara-aborto-a-crime-de-homicidio-entenda-o-que-e-o-aborto-legal-e-quando-ele-e-permitido.ghml>. Acesso em 30 de julho de 2024.

⁷⁵ Um Projeto de Lei (PL) é uma proposição legislativa que visa estabelecer normas sobre assuntos de competência da União, dentro das funções atribuídas ao Congresso Nacional. Uma vez aprovado pelo Congresso, o PL segue para análise do presidente da República, que pode sancioná-lo, tornando-o lei, ou vetá-lo, total ou parcialmente.

⁷⁶ Nos últimos anos, a Europa tem testemunhado um impressionante crescimento político e eleitoral de forças de extrema-direita, com características racistas, xenófobas, fascistas ou semifascistas. Podendo ser classificado esses partidos em três categorias: primeiro, partidos diretamente fascistas ou neonazistas, como o Aurora Dourada na Grécia e o Jobbik na Hungria. Segundo, partidos semifascistas, com raízes no fascismo histórico, como a Frente Nacional na França, que tentam modernizar sua imagem substituindo o antissemitismo pela islamofobia. Terceiro, partidos de extrema-direita sem origens fascistas, mas que compartilham ideologias racistas e xenófobas, como a Lega Nord na Itália e o Ukip no Reino Unido. Esses partidos, embora distintos em suas origens e estratégias, contribuem para a crescente onda de políticas de extrema-direita na Europa. Para mais informações, consultar: LÖWY, M.. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, out. 2015, pp. 652–664.

somos melhor preparados para reconhecer e combater essas mesmas tendências em nosso tempo. A história do conservadorismo nas ditaduras de Brasil e Portugal oferece lições importantes que podem informar a resistência contemporânea contra movimentos conservadores em todo o mundo. Ao refletir sobre essas conexões, somos chamados a agir com renovado compromisso para proteger e expandir os direitos humanos e as liberdades civis em todos os contextos.

Referências

ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Org.). *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos. Estado Novo português e Estado Novo brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônico (décadas de 1930 e 1940). *Encontro Internacional ARQUIMEMÓRIA – Sobre preservação do patrimônio edificado*. Salvador- Bahia. 14 a 17 de maio de 2013.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope*, 17, 1997, pp. 71-94.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SANTANA Ediane; SOBRAL Rebeca. As mulheres e as Marchas da Família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO Eulália Lima; GOMES Márcia (Org.). *Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional*. Salvador: UFBA, pp. 206. 2005.

COUTINHO, João Pereira. *Conservadorismo*. Ed. Dom Quixote, Lisboa, 2014.

DE LIMA GRECCO, Gabriela; SCHUSTER, Sven. Decolonizing Global History? A Latin American Perspective. *Journal of World History*, v. 31, n. 2, 2020, pp. 425-446.

ESPADA LIMA, Henrique. O global e seus paradoxos: a construção imaginada de um campo historiográfico. *Esboços*, v. 26, 2019, pp. 486-500.

FERREIRA, Manuel de Pinho. *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*. Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2004.

FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José.; PAIVA, José. *História Global de Portugal*, Lisboa: Temas e debates, 2020.

JOÃO JÚNIOR, M., & SOCHACZEWSKI, M. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo* [online], 23(3), 483-502. ISSN 1980-542X. (2017).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Mas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 3a reimpressão: novembro de 2012.

LÖWY, M.. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 124, out. 2015, pp. 652–664.

MARQUESE, Rafael; PIMENRA, João. Latin America and the Caribbean: Traditions of Global History. In: BECKERT, Sven; SACHSENMAIER, Dominic. *Global History, Globally: Research and Practice around the World*, London: Bloomsbury, 2018, pp. 67–82.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *História e imagem: iconografia/iconologia e além*. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2012, pp. 243-262.

MORAIS, Paula Fernanda da Silva. *Portugal sob a Égide da Ditadura: o rosto metamorfoseado das palavras*. 2005. 132 f. Tese de Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Cidade de Braga, 2005.

NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Editorial Estampa. Lisboa. 1987.

PACHECO, Perla Patricia Valero. Hacia um nueva historia global no eurocéntricum un balance crítico. *Revista Americana de Historia Social*, v. 9, 2017, pp. 144-165.

PIOZEVAN, Adriane; JUNIOR, Antônio Fontoura. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios. *Anais*, VII Congresso Internacional de História. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/727.pdf>. Acesso em: 09 fev. de 2020.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas Da Família, Com Deus Pela Liberdade E O Golpe De 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 150.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Henrique Cintra. *Conexões e resistências globais queer durante a Guerra Fria: movimentos LGBTQIA+ na ditadura militar brasileira e na Alemanha Oriental*. 2024. 406 f. Tese (Doutorado em História Global). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SCHULZE, Frederik; FISCHER, Georg. Brazilian History as Global History. *Bulletin of Latin American Research*, v. 38, n. 4, 2018, pp. 408-422.

SETEMY, Adrianna. *Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as cores e as dores de um país em convulsão*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2019.

SIMPSON. Ducan. A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.18, n.1, 2012, pp. 89-110.

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 126, maio/ago. 2016, pp. 360-377.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. 208. 625f. Tese (Doutorado em Estudos sobre as mulheres) - Universidade Aberta, Lisboa, p. 636. 2008.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. *Revista Estudos Políticos*: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, p. 86-107, dezembro 2015. Disponível em: <[http:// revistaestudospoliticos.com/](http://revistaestudospoliticos.com/)>. Acesso em: 15 jun. de 2024.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente. *Historia Crítica*, N. 39E, p. 300-319, 2009.

VICENTE, Ana. Do autoritarismo e das mulheres nas segunda e terceira Repúblicas. *Revista História das Ideias*. Vol. 16, 1994.

VIDAL. Camila Feix. O Movimento Conservador Norte Americano da Década de 1950 e Percepção Conservadora a Respeito da Sociedade, Economia e Política Externa. *Revista Tomo*, nº 23, 2013.

VILAR, Hermínia Vasconcelos Vilar; FLORES, Jorge; ARAÚJO, António. A oportunidade e os limites de uma história global de Portugal: mesa-redonda. *Ler História*, n. 78, 2021, pp. 277-191.

Documentos

PORTUGAL. Constituição (1933). Artigo 5o. Texto publicado no Diário do Governo, de 22 de fevereiro de 1933, nos termos do Decreto no 22 241, dessa data; submetido a plebiscito em 19 de Março de 1933; e entrado em vigor em 11 de Abril de 1933 com a publicação no Diário do Governo da acta da assembleia geral de apuramento dos resultados do plebiscito.

Sites

Jornal Portugal Democrático, São Paulo, dezembro de 1958. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 09 abr. de 2024.

Allana Letticia dos Santos; Henrique Cintra Santos; Janine Gomes da Silva

Jornal Portugal Democrático, São Paulo, agosto de 1962. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740435>. Acesso em: 06 jun. de 2024.

Recebido em: 30/07/2024

Aceito em: 22/01/2025